

Os Museus de Arqueologia e os seus Públicos

*Virgílio Hipólito Correia*¹

A motivação deste texto foi um honroso convite da AAP para prestar um depoimento, que consistiria na resposta à pergunta: “Qual o papel dos Museus na formação e na sensibilização do público para o Património Arqueológico?”

A resposta imediata é simples:

- Os Museus são, de todas as instituições que lidam com o Património, as únicas cuja missão essencial se estabelece no contacto com o público, na exposição (sob todas as suas formas) e na Educação, lato sensu. De onde se concluiria que será no exercício competente das suas funções que essa formação e sensibilização dos públicos acontecerá.

Mas essa resposta imediata levanta uma outra série de questões, quanto a mim, mais cruciais, que tomo a liberdade de expor.

¹ Museu Monográfico de Conimbriga, Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto.

O próprio exercício das funções museológicas só poderá ter lugar em condições de sustentabilidade e competência quando os Museus estiverem mais ligados às questões gerais da gestão do Património Arqueológico do que actualmente estão.

E, mesmo antes de considerarmos as respostas à questão “Como podem os Museus promover a valorização do Património Arqueológico?” é adequado – em rigor, para a perfeita explicação dos argumentos a utilizar é até necessário, senão imprescindível – começar pela questão do “Porquê?” subjacente a este desiderato.

Simplificando uma questão complexa, dividiria os motivos em duas ordens de razões: uma identitária, a outra económica.

O Património, todo ele, é condição determinante na construção de uma imagem auto-representacional das comunidades, sem a qual a sua própria coesão pode fragilizar-se e, no limite, conduzir à sua falência enquanto comunidade (social, institucional, política, etc.). É a consciência de uma identidade comum que motiva os indivíduos a assumirem uma relação de pertença a uma entidade maior e, por esta via, justifica a sua organização em comunidade, delimitada por relações de inclusão entre os seus membros e de exclusão relativamente a outros, que rejeitam essa identidade ou a quem ela é negada por um sentimento comunitário, que se pode exprimir de muitas maneiras.

Descrita desta forma, a génese da identidade comunitária revela imediatamente o demónio que esconde no seu seio: a interpretação enviesada da História – os seus revisionismos e negacionismos, no limite – ao serviço da xenofobia tantas vezes associada a regimes totalitários (e muitas vezes emergente, mesmo nas sociedades abertas, em ocasiões de crise).

É neste ponto que o Património Arqueológico (especificamente este) é especialmente importante. A Arqueologia lida com vastas extensões temporais, com esferas geográficas obrigatoriamente distintas das actuais fronteiras políticas e com a evolução de configurações demográficas e socio-políticas radicalmente diferentes daquelas que hoje existem (pelo menos no que ao mundo europeu diz respeito); a Arqueologia é, portanto, uma

lição sobre a diferença. É esta lição que impedirá a apropriação ilegítima de épocas e culturas como justificadoras de ideologias ou políticas que não coloquem, no centro do seu desenvolvimento e objetivos, o respeito pelo Homem na sua manifestação pessoal e individual e nas suas manifestações colectivas e comunitárias, porque os elementos individuais de análise (os “achados”) representam um e outro destes aspectos de formas diferentemente eloquentes, mas sempre pungentes.

No outro volette do díptico, a Arqueologia lida (*data venia* à conjuntura económica actual) com uma fracção muito significativa de um recurso que é um dos factores críticos de sucesso de uma das principais indústrias exportadoras do País: o Turismo.

O Turismo representava em 2007, quando se elaborou o Plano Estratégico Nacional para o Turismo, cerca de 11% do PIB e o plano era aumentar esta percentagem para 15% (PENT 2007). Informações de 2011, no 2º Congresso Nacional do Turismo (CIT 2011), cifravam essa percentagem em 13%. É de assinalar que a evolução dos paradigmas de compreensão e gestão do Turismo evoluíram recentemente; não devemos ir sobre essa percentagem procurar qual a fracção que se pode atribuir ao Património (lato sensu) *versus*, por exemplo o sol-e-praia. Sabe-se hoje que o conceito de *touring* abrange, e requisita a colaboração de, todas as áreas, representando 18% do mercado turístico europeu, mas distribuído de forma muito desigual – por exemplo, só 8% na Holanda, mas 42% em França e 48% na Itália; na vizinha Espanha cifra-se em 18% (THR 2006).

Há portanto nesta matéria um potencial evolutivo, correspondente a cerca de 5% do PIB nacional: aqui sim, necessita-se de uma estimativa do contributo específico das áreas convergentes.

As responsabilidades do Património são, evidentemente, muito grandes neste domínio, mas também aqui a Arqueologia tem uma responsabilidade especial e suplementar. Sabemos, de facto, que vivemos num país litoral e macrocéfalo; isto reflecte-se nos fluxos turísticos e, na realidade, corresponde mesmo a uma distribuição desigual dos recursos patrimoniais disponíveis, em abstracto

mas também em concreto, devido ao enviesamento que ocorre ao nível do investimento. Também aqui a “lição da diferença” da Arqueologia se pode e deve exprimir, na promoção de uma rede não macrocéfala e menos marcadamente litoral de pólos patrimoniais adequadamente preparados para se transformarem de recurso cultural em produto turístico.

Mas há uma linha de fundo subjacente a estes dois discursos, o identitário e o económico: é o princípio da solidariedade que, “implica que os homens do nosso tempo cultivem uma maior consciência da dívida que têm para com a sociedade na qual estão inseridos: eles são devedores daquelas condições que tornam possível e vivível a existência humana, bem como do património indivisível e indispensável, constituído pela cultura, pelo conhecimento científico e tecnológico, pelos bens materiais e imateriais, por tudo aquilo que a história da humanidade produziu” (CPJP 2005, 136). Por isto, valorização da identidade, do território, das culturas passadas e promoção económica de uma actividade científica, disponibilização de recursos às comunidades locais, não são opções a fazer, são programas a desenvolver em conjunto, porque “herdeiros das gerações passadas e beneficiários do trabalho dos nossos contemporâneos, temos obrigações para com todos, e não podemos desinteressar-nos dos que virão depois de nós aumentar o círculo da família humana”, como escreveu Paulo VI na enciclica *Populorum Progressio* (cit. CPJP 2005, 297).

Nesta visão transepocal, estamos então em condições de pensar como devem os Museus trabalhar no sentido de promover o Património Arqueológico, dando margem – como recentemente se propunha de forma muito clarividente – à contingência, ao fracasso, à resiliência e à resistência (Starn 2012) mas, se tivermos sucesso, teremos público.

Os principais problemas do património arqueológico

Serão, talvez, quatro os sectores fundamentais onde é necessário que os Museus intervenham na gestão do Património Arqueológico, para que este seja objecto de um tratamento mais harmonioso e para que disponha de capacidade de, verdadeira-

mente, atrair públicos. Sem capacidade de atracção não há nem formação nem sensibilização.

Qualquer uma destas áreas requer um tratamento aprofundado, que não pode, no entanto, ser aqui levado a cabo; mas tentou-se sistematizar as questões e não deixar de apontar os bons exemplos que existem já no país.

1. Gestão do território e conservação de sítios

A actividade patrimonial ligada à gestão e ordenamento do território não passa normalmente pelos Museus; esta situação é, a nível nacional e regional, natural e inevitável. Todavia, a nível municipal e local, podemos colocar a hipótese de ser porventura uma boa solução envolver os Museus nessa política (Nunes 2007). Há até alguns exemplos em que a orgânica de algumas câmaras municipais favorece fortemente a interligação entre o Museu e toda a actividade patrimonial no território, tornando-se o Museu na sede institucional dessa actividade. O potencial de uma estrutura desse género é enorme, bastando pensar-se no caso do Ecomuseu Municipal do Seixal (Filipe 2000) para se receber tal indicação, para mais numa zona em que condicionantes específicas (suburbanidade relativamente a uma grande cidade, evolução territorial e socio-económica) não fazem dela um foco patrimonial de excelência.

2. Comunicação e marketing territorial

Os teóricos da actividade económica valorizam muito no seu discurso a diferenciação dos produtos, as “marcas”, enquanto alavanca de promoção do negócio, enquanto criação de valor. E neste ponto é evidente a conjugação dos dois factores pelos quais iniciámos esta exposição de ideias: a identidade e o potencial económico.

Um discurso técnico com raiz na economia é frequentemente mal visto nos meios culturais, mas pessoalmente não tenho medo das palavras (de nenhuma palavra). A transformação dos recursos culturais em produtos turísticos, principal mecanismo que assegura a defensabilidade da salvaguarda do Património enquanto elemento essencial de um projecto social alargado e a sua sustentabilidade, não dispensa que se pense sobre a matéria, tam-

bém, desde um ponto de vista estritamente técnico. E tão pouco deve haver a noção de que o Património possa ser parte perdente na negociação (pois disso se trata): pensemos apenas na extraordinária força que projectos de promoção territorial ganha(ra)m através do seu elemento patrimonial, como acontece(u) com a criação de um museu urbano polinucleado que o Campo Arqueológico de Mértola continua a desenvolver, no Côa com o binómio Museu/Parque e mesmo, apesar das dificuldades de concretização no terreno, na região à volta de Conimbriga (Sicó 2009, SPI 2009).

3. Espólios arqueológicos, investigação científica e programação museológica

O depósito dos materiais arqueológicos recolhidos em operações de minoração de impactos é actualmente o mais grave problema que se coloca aos museus arqueológicos portugueses e às instituições que os tutelam (Correia 2012).

Este problema tem de ser resolvido, obviamente, por razões intrínsecas, imediatas e mesmo emergentes (a situação agrava-se cada dia), mas também por necessidades de desenvolvimento dos próprios museus arqueológicos.

Os Museus de Arqueologia têm de deixar de ser Museus de Belas-Artes de autores anónimos e/ou Museus de Etnografia de sociedades desaparecidas. A Arqueologia é uma Ciência, os Museus de Arqueologia têm de ser Museus de Ciência (Correia 2008, 81).

Para isto é necessário que o Museu deixe de ser um receptáculo passivo do subproduto de uma actividade completamente fora da sua esfera de actuação e controle (receber os materiais no fim das operações arqueológicas levadas a cabo num território por determinar), para passar a ser um dos parceiros privilegiados no controle dessa actividade, quando ela é imposta por circunstâncias não modificáveis (a minoração dos impactos), e na sua própria planificação (no caso da investigação pura).

Essa modificação do seu papel, e a assunção descomplexada das suas responsabilidades enquanto elemento articulador do recurso científico e da investigação académica em curso ou potencial, farão inevitavelmente do Museu o ponto central

da sociabilização do conhecimento arqueológico. Deve ser este o eixo fundamental da programação museológica: a exposição pública dos recursos do território, a difusão da actividade intelectual que sobre eles decorre (de um ponto de vista teórico cf. Tilley 2008, 78 e uma ilustração prática em Álvarez et alii 2002), a garantia da sustentabilidade, a longo prazo, dessa actividade, em condições de manutenção do interesse público, de qualidade segundo referenciais genericamente reconhecidos e de razoabilidade económico-financeira (cf. Negri et alii 2009, 63-82).

4. Valorização de sítios arqueológicos e turismo

“Os monumentos arqueológicos que, pelo seu mau estado de conservação, menor significado, isolamento ou especial natureza, não entrem no programa de valorização, devem ser de novo cobertos, após rigorosos registos; pelo contrário, nos que forem seleccionados para fins pedagógicos e/ou turísticos, deve investir-se a fundo, quer em aspectos de investigação quer em aspectos de valorização” (Alarcão 1987, 11). Era com esta clareza que se colocava em Portugal, há quase trinta anos, uma questão crucial, candente também em termos europeus e mundiais (Price 1984). A situação evoluiu mas, nalguns aspectos, não evoluiu de todo.

O problema da valorização dos sítios arqueológicos é um aspecto que se soma aos que anteriormente foram abordados, mas é também um corolário dos três anteriores; tem uma existência independente nos domínios técnicos, científicos e organizacionais (administrativos, económicos e financeiros), mas depende de uma situação mais geral que a gestão do território nos seus aspectos técnicos e políticos e especificamente a gestão museológica nesse território criam, num processo em devir. Em suma, será porventura ocioso falar de valorização de sítios arqueológicos se não estão garantidos os mecanismos de gestão do território, lato senso, que permitem uma efectiva política de salvaguarda do Património; se esse Património não desempenha um papel de relevo nos desígnios político-sociais das comunidades e, por último, se não se criou uma verdadeira comunidade técnico-científica à volta dessa realidade – mas se essas

condições estão reunidas, então, há que escolher e investir, criando condições de verdadeiro desenvolvimento.

A principal evolução da situação foi uma evolução jurídico-conceitual: graças à Lei-Quadro dos Museus Portugueses, Lei 47/2004, de 19 de Agosto, (artº 3º), dispõe-se hoje no país de uma ferramenta mediante a qual a valorização dos sítios arqueológicos pode ser configurada dentro do sistema museológico. Garantidas as condições de base necessárias, um sítio arqueológico, ou um conjunto de sítios pode ser entendido como um Museu. Somado às provisões do Decreto-Lei 131/2002, de 11 de Maio, a propósito dos parques arqueológicos, este facto cria uma situação em que, como é (justamente) costume dizer em Portugal: “estamos bem servidos de leis...”; e os resultados, como se pode ver pelo exemplo do vale do Côa, com todos os sobressaltos que o processo sofreu e continua a sofrer, são até relativamente rápidos na sua concretização.

A principal virtude desta situação é a possibilidade de uma integração verdadeira da valorização de sítios arqueológicos no panorama museológico nacional, sem sobressaltos e sem recortes institucionais desproporcionados. Que os Museus tutelem sítios arqueológicos, ou que estes ganhem autonomia institucional, é irrelevante, são formas distintas de aplicar um só modelo. Aquilo que verdadeiramente se necessita é de um processo continuado e iterativo de inventário patrimonial, de estudo e investigação, de selecção dos sítios adequados e de investimento na sua conservação e promoção (Alarcão 1988); hoje podemos acrescentar que esse processo deve dirigir-se à certificação desses Museus (de sítio, ou de conjuntos de sítios, ou núcleos museológicos) na sua qualidade de instituições desempenhando, certamente sob formas adequadas à sua natureza e ao devir da sua evolução institucional, as funções museológicas que lhe são próprias (cf. Teixeira 2007), para o que a sucinta (leia-se lacónica) lista de 1985 de onde antes citámos o ponto 3, poderá continuar a servir, com eficácia, de memorando das questões a observar ponderadamente.

E há belíssimos exemplos espalhados por todo o país de intervenções cuidadas, conduzidas com sensibilidade e inteligência, que trazem à ribalta sítios

arqueológicos que, frequentemente, estiveram décadas escondidos nas referências da investigação académica e que, pouco a pouco, são devolvidos à população em geral. Para não cometer nenhuma injustiça, e porque tão pouco me é possível dar aqui uma lista interminável, não mencionarei nenhum desses sítios, mas deles em conjunto retirarei a seguinte ideia:

- A forma de os Museus desenvolverem a consciência pública da importância (e da actualidade) do Património Arqueológico é pela sua valorização em moldes actuais, que são necessariamente o da sua transformação em Museus autónomos ou em pólos de outros Museus estabelecidos como intervenientes no território.

Portugal necessita, muito sucintamente, de um *pipeline* onde o melhor do seu Património Arqueológico (que continua a estar substancialmente desprezado) seja submetido a um processo de melhoramento de condições técnicas, científicas e organizacionais, transformando-se em Museus (ou incorporando-se neles), pólos de uma rede qualificada e certificada que permita corporizar uma fortíssima alavanca de promoção territorial com objectivos de captação de fluxos turísticos. É nesta óptica que a valorização de sítios arqueológicos pode ganhar vida independente e rentabilidade económica (o que será demonstrável se esta for adequadamente medida).

(Preocupadas) Considerações finais

Por mais filosófica que seja uma reflexão sobre uma matéria como esta, essa reflexão não pode eximir-se às considerações, directas, imediatas e objectivas, que a realidade quotidiana e a conjuntura ditam. Há pouco mais de um ano, num texto sobre matéria afim (publicado, antedatado, de 2009; Correia 2009) referia-me a duas tendências preocupantes que podiam afectar prejudicialmente a situação dos Museus de Arqueologia do país; essas tendências, em certa medida, agravaram-se e concretizaram-se nalguns dos seus aspectos. No limite, a não haver uma evolução mais favorável, todo o panorama traçado se revelará nada mais que a utopia de um dia.

A primeira dessas tendências (Correia 2009, 46)

era a da desvalorização da qualificação, certificação e credenciação de Museus no âmbito da Rede Portuguesa de Museus, a favor da existência de redes regionais, que conferem aos Museus um módico de reconhecimento público sem qualquer exigência de qualificação, sem processo de certificação e dispensando-se de qualquer credenciação. Considero dispensável insistir nos aspectos prejudiciais deste fenómeno, que por outro lado, não tem vantagens reconhecíveis nos domínios da informação e dos contactos interprofissionais, como por vezes parece querer ser afirmado.

Mas é de dizer que os agravamentos desta tendência são graves. Assim, na região centro (CCDRC 2011) a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, a Direcção Regional de Cultura e a Entidade Regional de Turismo juntaram esforços na reunião e edição de um “Roteiro dos Museus e Espaços Museológicos da Região Centro”, que reúne 310 verbetes que se referem a Museus e espaços museológicos “independentemente do seu tamanho, do tipo de espólio e da tutela, bem como dos horários de funcionamento”. Não se incluem “Monumentos classificados, nem os Jardins Zoológicos e Botânicos, nem tão pouco as Reservas Naturais; no entanto, houve autarquias locais que consideraram alguns Sítios Arqueológicos e alguns Monumentos Musealizados, que fazem já parte de circuitos organizados, que são visitáveis e estão incluídos em roteiros municipais” (CCDRC 2010, 5). Mencione-se ainda que, a bem da equidade, existem apenas dois tratamentos diferenciados: verbetes ocupando apenas uma página ou ocupando duas.

Uma década após o “Inquérito aos Museus em Portugal” (Santos 2000) dá-se um verdadeiro salto no escuro, em direcção a uma Pré-história desprovida de critérios de qualidade, de certificação das instituições, em que o segundo museu de arte do país, o Museu Nacional Machado de Castro, recebe o mesmo tratamento (mais página, menos página) que uma qualquer das salas-museu do rancho folclórico e etnográfico de..., que indica sob o item “Funcionamento”, a expressão, eloquente para os *cognoscenti*, “Mediante marcação prévia”. E da mesma forma Conimbriga é mencionada, páginas à frente (ou atrás) dos sítios arqueológicos de “Visita

livre”.

Tratou-se da concretização de uma iniciativa, politicamente conduzida, de desvalorizar o trabalho de qualificação da Rede Portuguesa de Museus, no sentido de abrir a porta às iniciativas de investimento local propagandístico, sem a sustentabilidade ou o compromisso financeiro a prazo de que as instituições museológicas precisam; um expediente, em suma. Mas um expediente que contribui seriamente para a desvalorização da rede patrimonial no seu todo, que finalmente trabalha contra a promoção do Património do país. Não é difícil imaginar a reacção causada nos agentes turísticos ou promotores de visitas escolares, caso sejam incautos, da tentativa de efectuar as tais “Marcações prévias” ou de efectivamente realizarem algumas das “Visitas livres” propostas; mas, tanto quanto podemos julgar, foi difícil para os responsáveis por esta iniciativa imaginarem isso mesmo. E terá sido impossível perceber o grave aspecto de desvalorização do panorama geral que algumas dessas más experiências inevitavelmente causarão, prejudicando de forma muito grave qualquer desiderato de formação e sensibilização de públicos.

Todas as iniciativas a favor da preservação do Património e de afirmação da Cultura são, todas igualmente, meritórias. Mas há resultados diferenciados, porque diferenciada é a matéria com que se trabalha, os meios de que se dispõe e o investimento que é feito. E não é meritório abafar estas diferenças sob o manto de uma espécie de ficheiro de contactos glorificado, que desvaloriza os melhores, vai criar embaraços aos piores e retira a todos a possibilidade de exigir mais recursos a quem deles pode dispor.

Direi em suma que não é desta forma que os Museus poderão contribuir para a valorização do Património Arqueológico.

Por outro lado, a um nível orgânico mais geral, assistiu-se entre 2011 e 2012 à interrupção da existência do Ministério da Cultura e dos seus institutos de tutela do Património, fundidos numa renascida Direcção Geral do Património Cultural. Mantêm-se, fora de Lisboa, as Direcções Regionais de Cultura, mas sem competências autónomas (todos os processos necessitam de ser referendados pela DGPC).

Nesta remodelação os Museus dependentes do Estado central sofreram o que se tem de qualificar como um massacre. Dos 40 Museus e Monumentos que dependiam do Ministério da Cultura, através do IMC ou do IGESPAR, os 35 que ainda dispunham de orçamento próprio (os do IMC), perderam-no. 18 instituições foram relegadas a posições secundárias, fosse por terem passado a depender das Direcções Regionais (o que somou mais um nível de decisão à sua tutela), ou fosse por, mantendo-se na DGPC, não fazerem parte da sua estrutura nuclear. Sete Museus, pura e simplesmente, deixaram de ter Director, que passaram a dividir com outros Museus, a distâncias que chegam a atingir uma centena de quilómetros. Por outro lado, Museus que se esperava poderem ganhar autonomia, por para tal reunirem todas as condições (como *Tongobriga*, *Mirobriga* ou *Santa-Clara-a-Velha*; sítios que estavam no desejável *pipeline* a que me referi), aguardam melhores dias para conseguirem o seu reconhecimento administrativo.

Não colhem argumentos de eficiência ou economia, pois a solução não é reconhecivelmente mais barata, e perdeu-se (e vai ainda perder-se) muita eficácia.

A sensação retirada é agridoce: é evidente ser a solução tão má, que naturalmente não poderá sobreviver muito tempo – sempre é uma consolação; mas é tempo e energias perdidos, recursos desbaratados e uma perigosa tendência que encontra consagração. A desvalorização da personalidade e autonomia dos Museus enquanto instituições culturais, a favor de uma suposta capacidade de desenhar políticas públicas a nível nacional, é uma falácia condenada ao fracasso. Não será certamente assim que os Museus de Arqueologia poderão contribuir para a formação e sensibilização de públicos.

Por último

“Resiliência”, palavra que usei antes, não é vocábulo recolhido no Dicionário da Língua Portuguesa da Academia das Ciências de Lisboa – como se a capacidade de resistir à adversidade e de suportar as contrariedades, mantendo ainda assim algo de essencial à sobrevivência, não fosse um conceito sempre presente na nossa vida enquanto país e co-

munidade – mas é conceito indispensável também nos Museus portugueses dedicados à Arqueologia, na hora de trabalhar no sentido da valorização do Património Arqueológico em todas as suas vertentes, esse trabalho que “é gratificante e constitui dever de toda a nação e de todas as nações para com o universo da humanidade” (Alarcão 1987, 11).

Referências

Alarcão 1987 – Alarcão, Adília M, 1987: “Arqueologia e turismo.” In *1^{as} Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano* (s/l, s/d), 9-11.

Alarcão 1988 – Alarcão, Adília, 1988: “Os museus monográficos e os sítios arqueológicos – Uma opinião.” *Arquivo de Cascais*, n^o 7, 269-274.

Álvarez et alii, 2002 - Álvarez, Pilar; Casillas, Inmaculada; Creus, M. Luz; López, Eugenia; Rodríguez, Ana M.; Rodríguez, M. Teresa e Sardiña, Rocio, 2002: “Los museos del siglo XXI como centros formativos y futuros generadores de proyección profesional: el caso del Museo Nacional de Arte Romano de Mérida.” In Nogales Basarrate, T. e Álvarez Martínez, J.-M. (eds.) *Museos Arqueológicos para el siglo XXI* (Mérida, MNAR), 139-148.

CCRDC 2010 – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, 2011: *Roteiro dos Museus e Espaços Museológicos da Região Centro* (Coimbra, CCRDC, anunciado como disponível em <http://roteiromuseus.ccrdc.pt>)

CIT 2011 – 2^o Congresso Internacional de Turismo (disponível em <http://www.ipca.pt/cit2011/>, em 2/11/2012).

Correia 2008 – Correia, Virgílio Hipólito, 2008: “Conimbriga: oitenta anos de um projecto. Resultados e perspectivas num momento de charneira.” *Al-madan*, N.S., n^o 16, 71-81.

Correia 2012 - Correia, Virgílio Hipólito, 2012: “Incorporação, investigação e preservação de acervos, em Portugal, hoje.” In X Jornadas ICOM.PT (2012) *Deontologia dos Profissionais dos Museus - Novos Paradigmas?* (disponível em http://www.icom-portugal.org/iniciativas_jornadas_132,324,detalhe.aspx, em 2/11/2012).

CPJP 2005 – Conselho Pontifício “Justiça e Paz”, 2005: *Compêndio da Doutrina Social da Igreja* (Cascais, Principia).

Filipe 2000 - Filipe, Graça, 2000: O Ecomuseu Municipal do Seixal no movimento renovador da museologia contemporânea em Portugal (1979-1999), (Lisboa, Un. Nova, Dissertação).

Negri *et alii* 2009 – Negri, Massimo; Niccolucci, Franco e Sani, Margherita, (eds.) 2009: *Quality in Museums* (Budapest, Archaeolingua)

Nunes 2007 – Nunes, Graça Soares, 2007: “Contributos para uma reflexão sobre a gestão dos museus autárquicos enquanto gestores de património”. *Boletim RPM* n° 25, 4-7. (disponível em http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/recursos/publicacoes/edicoes_online/pub_online_rpm/ContentDetail.aspx, em 5/11/2012).

PENT 2007 - *Plano Estratégico Nacional do Turismo* (disponível em <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/conhecimento/planoestrategiconacionaldoturismo/Pages/EstrategiaNacional-doTurismo.aspx>, em 2/11/2012).

Price 1984 – Price, N. P. Stanley, 1984: *Conservation on Archaeological Excavations* (Roma, IC-CROM).

Santos 2010 - Santos, Maria de Lurdes Lima (coord.), 2010: *Inquérito aos Museus em Portugal* (Lisboa, Ministério da Cultura / Instituto Português de Museus).

Sicó 2009 – Villa Sicó. Programa de valorização económica dos espaços da romanização (disponível em <http://www.maiscentro.qren.pt/index.php?acao=comum&id=98>, em 2/11/2012).

SPI 2009 – Sociedade Portuguesa de Inovação, 2009: Villa Sicó. Projecto PROVERE (disponível em <http://www.maiscentro.qren.pt/index.php?acao=comum&id=50>, em 2/11/2012).

Starn 2012 – Starn, Randolph, 2012: “A historian’s brief guide to new museum studies”. *The American Historical Review*, vol. 110-1 (disponível em <http://www.historycooperative.org/journals/ahr/110.1/starn.html>, em 10/3/2012).

THR 2006 – THR consultores: Touring Cultural e Paisagístico (Estudo realizado para o Turismo de Portugal, disponível em <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/AreasAtividade/ProdutoeDestinos/Pages/TouringCultural.aspx>, em 2/11/2012).

Tilley 2008 – Tilley, Christopher, 2008: “Excavation as Theatre”. In Fairclough, G.; Harrison, R.; Jameson Jr., J. H. & Schofield, J.; *The heritage reader* (Londres, Routledge), 75-81.